



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

O BRASIL E A GEOPOLÍTICA NUCLEAR NO PÓS-GUERRA

Mário Fabrício Fleury Rosa¹

Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília - UnB

mffrosa@gmail.com

A preocupação com a produção de energia é uma característica em comum de todas as sociedades contemporâneas. Historicamente, ela se acentua com a Revolução Industrial. No século XIX, os progressos tecnológicos proporcionam “invenções no domínio da transformação e da utilização da energia” (LEITE, 2007, p. 35).

O desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas desse século gera crescente demanda por energia. As fontes de energia mais usadas desde então são o carvão, a hidráulica, as derivadas do petróleo e o gás natural.

O petróleo, fonte importante de energia e combustível, tem seu ponto de inflexão no ano de 1854, com o início da perfuração na Pensilvânia/EUA. Todavia, ainda não era respaldado pelo conhecimento científico acumulado do presente. Era tido como incerto devido a aspectos como a quantidade disponível na natureza desta matéria prima e as dificuldades em conseguir resgatar o óleo dos poços.

Outro fator de preocupação sobre o petróleo era conseguir fazer a disponibilização para o uso, pois as tecnologias da época ainda não resolviam totalmente essas questões, o que leva os países desenvolvidos a buscarem alternativas para a importante questão energética (sem energia abundante, não há ‘progresso’ industrial).

A sociedade de consumo do pós-guerra aumenta consideravelmente o consumo final de energia, particularmente nos chamados países industrializados. Como os recursos energéticos encontram-se geograficamente dispersos e presentes de forma irregular na natureza, muitos países começam uma busca incessante com vistas a desenvolverem, dentro de seus territórios, novas fontes de energia para, além de substituir o petróleo, encontrarem meios para garantir o domínio e geração de maior

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília – UnB.



quantidade possível de energia, o que colabora para o início da corrida pelo domínio da energia nuclear.

É a partir de 1945 que o desenvolvimento de tecnologia nuclear toma lugar de destaque nas políticas energéticas dos países desenvolvidos, “e, ao final da guerra, havia uma nova e aparente inesgotável fonte de energia à disposição do homem” (BIASE, 1979, p.50). Somado a essa preocupação pelo domínio de uma nova fonte de energia apresenta-se a questão da segurança em um cenário de Guerra Fria. Mais energia disponível começa a ser percebido como maior condição de elaborar políticas mais eficazes de segurança nacional principalmente ao que concerne à nuclear.

O Brasil, que logo após a descoberta da fissão nuclear em 1938, intensificou suas pesquisas sobre a nova forma de energia concomitantemente às iniciativas de pesquisa no exterior. “A primeira das razões para isto foi o desenvolvimento das pesquisas em Física Nuclear que se iniciaram no Departamento de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo antes da 2ª Guerra Mundial” (GOLDEMBERG, 1981, p.17). O que demonstra a relativa sintonia do Brasil com a nascente tecnologia nuclear.

Tecnologia Nuclear no Pós-guerra.

A irrefutável demonstração das possibilidades do uso da tecnologia nuclear demonstrada pelas explosões dos artefatos atômicos em Hiroshima e Nagasaki dá ao mundo a noção da importância em investir na nova fonte energética.

No fim da Segunda Grande Guerra o mundo havia conhecido o poder descomunal da Bomba Atômica, com os artefatos lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki. Raymond Aron chama atenção, em sua obra Estudos Políticos, para o método empregado naqueles ataques e do seu impacto e assevera: “A lembrança desses primeiros bombardeios atômicos enche a humanidade de horror.” (ARON, 1985, pg. 492).

O mundo fora apresentado à face obscura da nova forma de energia, ao viés da segurança, da faceta militarizada da energia atômica, em outras palavras ao advento da arma atômica.

Inaugura-se aí a fase do desenvolvimento das tecnologias nucleares por vários países, até então ainda sem muitas prospecções internacionais, que a partir dos trágicos



eventos no Japão, ganham um status de relevância na geopolítica energética, econômica e política, em consonância com o novo panorama do equilíbrio de poder no mundo que paulatinamente se transforma em bipolar. Fica claro que quem possuísse a tecnologia nuclear estaria, de certa forma, em condições mais privilegiadas nos debates internacionais.

Nesse cenário, o Brasil obteve de alguma forma - mesmo que periférica, uma participação ativa na Segunda Guerra Mundial através do envio da Força Expedicionária Brasileira – FEB – em 1943 e se dá conta da importância da chamada tecnologia sensível como fator de influência nas disputas globais e passa a ter interesse em acompanhar as potências mundiais com alguma pretensão em desenvolver tecnologias nucleares.

Os vários campos em que a energia nuclear poderia ser aplicada, da ao país a noção da importância de assegurar essa tecnologia. Assim, mesmo não focando em primeira linha o uso da energia nuclear na área de segurança, dominá-la, resultaria em uma possibilidade de crescimento industrial e econômico com o acesso a uma fonte de energia inovadora.

No pós-guerra o Brasil se apresenta no contexto atômico mundial como um fornecedor de matéria-prima para o desenvolvimento da energia nuclear. Pois tinha jazidas de minérios como urânio e tório que eram primordiais para a indústria atômica. Essa vantagem relativa, em possuir matéria-prima sensível (termo utilizado para significar as matérias-primas que eram usadas na indústria atômica) em seu território, faz com que o Brasil inicie suas políticas nucleares com o intuito de se inserir na nascente geopolítica atômica como um ator ativo, levando em conta que era um aliado histórico dos EUA, principal nação detentora das tecnologias nucleares naquela época, e assim participar ativamente das mesas de debates internacionais sobre os assuntos nucleares.

A realidade mostra-se diferente ao longo da década de 1946-1956, não obstante o empenho brasileiro, principalmente entre 1951 e 1954, em estabelecer políticas nucleares autônomas. O Brasil sofre pressões internacionais e acaba aceitando o papel passivo na geopolítica atômica.



Brasil e sua inserção na geopolítica nuclear.

Todos os acontecimentos decorrentes da própria Segunda Guerra Mundial deixaram o Brasil mais inserido nas discussões internacionais e fortalecido economicamente, dando-lhe condições de estar em sintonia com as tendências mundiais e, conseqüentemente, tomar decisões baseados nessas tendências. Chamo a atenção aqui para as tendências em valorizar as tecnologias nucleares, que começaram a tomar escopo internacional a partir do pós-guerra.

O Brasil já realizava pesquisa sobre a fonte energética nuclear e estava em sintonia com as possibilidades que o domínio dessa nova fonte de energia poderia alcançar, e, em 1945, realiza uma venda de matéria-prima sensível, conhecido também como “acordo secreto de 1945” (OLYMPIO, 1957, p.85) para a indústria atômica norte-americana. O titular dessa venda foi Valentim Bouças (homem da área econômica do primeiro governo Vargas), integrante do governo brasileiro, formalizado pelo então ministro das relações internacionais, Leão Veloso, todos trabalhando ainda no primeiro governo de Vargas, que apenas três meses depois foi deposto pelos militares.

Na ocasião desta venda foi assinado o primeiro Ajuste Atômico, realizado entre o Brasil e os Estados Unidos da América que teve duração de 03(três) anos. No momento de sua renovação, o então Ministro das Relações Internacionais Raul Fernandes autoriza a renovação, porém com modificações no texto original, o que não é aceito pelos norte-americanos.

Em 1946, o almirante e engenheiro Álvaro Alberto da Motta e Silva (fundador e primeiro presidente do CNPq), já sob o comando do Presidente Dutra, sugestiona a criação de uma instituição governamental que teria como objetivo maior, auxiliar e coordenar as pesquisas científicas nacionais, neste momento como foco principal o desenvolvimento nacional de tecnologia nuclear, que viria a se chamar Conselho Nacional de Pesquisa, o CNPq. O Presidente Dutra aceita a sugestão, porém, esta só sai do papel em 1951.

Com o advento da Guerra Fria, o Brasil se alinha ao bloco capitalista, capitaneado pelos EUA, e assim segue as orientações norte-americanas no que diz respeito às políticas nucleares. Nesse período, o país entrou em uma fase de alinhamento



automático aos comandos norte-americanos e, conseqüentemente, perdeu-se a oportunidade de pleitear maiores benefícios econômicos para si, em virtude de o mesmo possuir material sensível que os estadunidenses tinham interesse e consumiam em larga escala.

Em 1947 é criada a Comissão de Fiscalização de Minerais Estratégicos e se inicia uma intensa disputa, dentro do Estado brasileiro, de setores interessados ou não na exportação de material radioativo bruto (monazita e terras raras).

Entre 1948 e 1950, o Brasil respeita as diretrizes (que fundamentam o plano Baruch) sobre o monopólio internacional das matérias-primas radioativas ditadas pelos norte-americanos, apóia em absoluto o Plano Baruch², assina o novo Ajuste Atômico com os Estado Unidos da América que garante a participação dos EUA na pesquisa e conseqüentemente na exploração dos minerais radioativos no Brasil. Políticas essas que não coloca o Brasil em um papel de autonomia sobre os seus recursos naturais e a destinação deles, e confirma a linha liberal que o governo Dutra patrocinava no Brasil. A esse respeito, Olympio (1957, 103) afirma que

As pesquisas teriam caráter estritamente confidencial, evidentemente, e se destinavam “ao uso exclusivo dos respectivos governos, até que ambos permitam a sua divulgação” – cláusula que não impediu que as informações relativas às novas jazidas brasileiras fossem bem conhecidas nos Estados Unidos, o que explica a antecipação com que o registro de muitas concessões foi solicitado por indústrias norte-americanas.

Com a vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950, assumindo pela segunda vez o comando do Brasil em 31 de Janeiro de 1951, tem início uma política diferente à do governo antecessor. Getúlio Vargas começa a aplicar uma política nacional com ideologia de cunho nacionalista e tendo o intervencionismo estatal como um dos seus vetores mais aparente, contrapõe-se ao modelo liberal que Dutra apregoava.

Algumas medidas que Vargas impõe sobre o capital estrangeiro (a exemplo dos limites aos investimentos e bloqueio as remessas de lucros das empresas aqui instaladas

² Plano de regulamentação internacional da energia atômica, apresentado à Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas pelos EUA, em 14 de julho de 1946. Seu principal objetivo era supervisionar a distribuição de materiais nucleares e a operação de instalações capazes de produzir armas nucleares, tudo sob comando norte-americano.



para as sedes no exterior, medidas posteriormente vetadas e/ou modificadas no congresso) vão contra as perspectivas de uma parcela dos empresários nacionais (aqueles alinhados aos interesses claramente liberais) e norte-americanas. Vargas começa a tirar o sossego dos estadunidenses e ao mesmo tempo também provoca uma gama de empresários nacionais que usufruíam dividendos com a economia liberal, os quais começam a se sentir ameaçados pelas políticas varguistas que em muitos aspectos beneficiam diretamente os trabalhadores (a exemplo do aumento em 100% do salário mínimo).

Com o mote “O Petróleo é Nosso”, Vargas ataca ponto caro aos norte-americanos, pois, a nacionalização dos recursos naturais como também a estatização das empresas e criações de novas empresas estatais que usufruíam das riquezas do país, significaria a indisciplina do Brasil referente aos compromissos que os EUA queriam ver assumido. Ao mesmo tempo uma aproximação do Brasil ao modelo de governo nacionalista desenvolvimentista, traria preocupações em um mundo dividido pela Guerra Fria.

As dificuldades impostas pela negação dos EUA em cooperarem tecnologicamente na área nuclear com terceiros entre 1946 e 1953, principalmente com as nações sul-americanas e mais especificamente com o Brasil, escorados em acordos³ considerados por influentes setores brasileiros como descabidos, faz com que o almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva além de denunciar tais acordos ao governo brasileiro através do Conselho de Segurança Nacional/CSN⁴, proponham o Princípio das Compensações Específicas/PCE⁵ junto aos americanos. Conforme Olympio, (1957, p.85), vejamos

O Acordo Secreto de 1945 não foi de fácil execução, muito embora àquela época ainda não tivéssemos estabelecido o princípio das compensações específicas. Mas com a queda de Getúlio Vargas, a 29 de outubro, e, pouco depois, com a ascensão

³ Acordos baseados no Plano Baruch, cooperação mista Brasil e EUA e ainda os Acordos Atômicos.

⁴ Conselho de Segurança Nacional, criado em 1937.

⁵ Nenhuma transação comercial com minerais estratégicos (termo cunhado por Alberto) deveria se realizar contra pagamento em dólares, mas sim na base de troca de tecnologia, em que o Brasil, assim como outros países subdesenvolvidos, forneceriam a matéria-prima desejada em troca da prioridade na instalação, em seu território, de reatores nucleares de todos os tipos.



do General Gaspar Dutra à Presidência, ensaiaram-se as primeiras providências no sentido de se defender nosso patrimônio de minerais nucleares.

Continua Olympio (1957, p.96),

O Almirante Álvaro Alberto reivindicou cotas preferenciais de minérios, de combustíveis nucleares e da energia deles resultante e bem assim formulou, pela primeira vez (1947), o princípio de compensações específicas, segundo o qual os países possuidores de matérias-primas deveriam ter compensações, além de um preço adequado para esses materiais. A retribuição monetária deveria ser condições necessárias, porém não suficiente, devendo os países abastecedores ter prioridade para instalação, em seu território, de reatores nucleares de todos os tipos, inclusive para produção de potência. Além disso, deveriam ter delegados permanentes no órgão internacional de controle.

Esse princípio dizia que as transações comerciais com as matérias-primas para elaboração de material nuclear tinham que ser pagas em via tripla - através de transferência de tecnologia, pagamento em divisas e também troca de produtos (comércio de compensação).

No caso de trocas de produtos, um exemplo seria a troca de areia monazítica brasileira por trigo norte-americano. Não obstante, o que se viu posteriormente foi que além de continuarem a espoliar os bens naturais brasileiros, os norte-americanos não deram nada em troca além do trigo; ou seja, as duas vertentes que trariam algum ganho para o Brasil – transferência de tecnologia e divisas – não foram observadas.

As políticas nacionalistas desenvolvimentistas de Getúlio Vargas davam ao almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva respaldo e autonomia suficientes para empreitar ações com o objetivo de aparelhar o Brasil no caminho de seu desenvolvimento nuclear. Mediante essa conjuntura o almirante Álvaro abre comunicação com outros países que conseguiram desenvolver tecnologia atômica, dentre eles Alemanha e França.

Fez contatos com esses países, mas, por ter maiores afinidades⁶ com os alemães, naturalmente se aproximou mais destes últimos. Fechou acordo de compra e venda de

⁶ Estudou física na Alemanha antes de Segunda Guerra Mundial.



três centrifugas para o enriquecimento de urânio com os alemães (BANDEIRA, 1994, p.95).

Importante fato que não chegou à sua conclusão devido à intromissão dos EUA, deixando assim o Brasil no prejuízo financeiro e mais ainda por não ter recebido tais equipamentos no momento esperado.

Exatamente neste período o Brasil apresentava, em tese, condições que poderiam ter desaguado no desenvolvimento de tecnologia nuclear própria. Mas fatores internos e externos, particularmente a posição contrária dos EUA desde o final da Segunda Guerra, preocupados com a não proliferação de armas atômicas, combinados ao apoio de segmentos empresariais e políticos brasileiros, não dão sustentabilidade para o desenvolvimento da energia atômica no Brasil.

A compra de reatores nucleares pelo governo brasileiro junto à Alemanha, intermediado pelo CNPq que na época era capitaneado pelo almirante Álvaro Alberto, em 1953 demonstram o quanto o governo brasileiro estava empenhado em acompanhar a tendência mundial dos países ricos em desenvolver tecnologia nuclear nacional (BIASE, 1979, p.83).

A tese de que todos os países desenvolvidos forçam os países em desenvolvimento a não fazerem o que eles próprios fizeram para atingir o desenvolvimento nos ajudam a traçar um entendimento do pouco avanço brasileiro no que concerne o desenvolvimento nuclear⁷.

Os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha tratam os países que querem atingir o desenvolvimento, no exemplo em tela o Brasil no pós-guerra, de forma a que não conseguissem atingir níveis de desenvolvimento possíveis. Existem pistas mais que suficientes, na historiografia brasileira, que apontam para um esforço desprendido pelos norte-americanos no sentido de obstaculizar o processo brasileiro de desenvolvimento no que tange a sua política nuclear.

Vários países desenvolvidos, inclusive a Inglaterra e os EUA, usaram de políticas de proteção comercial e de políticas industriais e tecnológicas ativas para dificultar o processo de desenvolvimento de outros países (CHANG, 2004).

⁷ CHANG, Ha-Joon. Chutando a Escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. SP: Ed. UNESP, 2004.



O caminho que o Brasil começou a percorrer ainda em 1945, mas, mais precisamente entre 1946-1956, tendo uma ênfase mais nacionalista entre os anos de 1951-1954, tentando defender os dividendos de seus materiais sensíveis e elaborando políticas nucleares mais voltadas para o desenvolvimento tecnológico interno indicava um caminho coerente para quem queria acelerar o desenvolvimento econômico e inserir-se definitivamente no seletivo grupo de países possuidores de tecnologia atômica.

Conclusão

A preocupação por produção de energia se torna mais constante a partir da Revolução Industrial. Com o advento do incremento da tecnologia, somado ao consumo de produtos industrializados, aumentam conseqüentemente o consumo por energia no mundo todo. A partir da segunda metade do século XIX o petróleo entra no hall das fontes de energia disponíveis que vinham a se tornar a mais consumida. Os derivados do petróleo, o carvão, a hidráulica e o gás natural se consagram como as fontes de energia mais utilizadas no mundo moderno. Com isso a falta de tecnologia, na época, para a extração e disponibilização dos derivados de petróleo somada à incerteza de quantidade e disponibilidade desta matéria prima na natureza leva as potências a se preocuparem em buscar alternativas outras para a importante questão energética.

É a partir da Segunda Guerra que o petróleo se consolida como fonte principal de combustível. Com o aumento geométrico pela demanda de energia principalmente nos países industrializados, a partir da Segunda Guerra, e a má distribuição de fontes de energia pela natureza como o petróleo; somado ao pouco conhecimento científico acumulado até aquele momento, dá aos países desenvolvidos certa preocupação em garantir o acúmulo e o fornecimento dessa energia em seus territórios.

Nesse cenário os estudos por novas fontes de energia se deparam com a energia nuclear que começou a ser vista tanto como uma provável fonte energética para substituição do petróleo como também uma fonte de energia voltada para o viés militar dando possibilidade para quem a dominasse garantir o acesso à outras fontes de energia.

A preocupação em obter o domínio da energia nuclear nesse momento tinha a conotação militar, a energia atômica passa a ser prioridade nas pesquisas dos países desenvolvidos.



Depois da explosão dos artefatos que atingiram Hiroshima e Nagasaki fica claro que a nova fonte de energia, a energia nuclear, entraria de vez no cenário mundial das fontes energéticas. É a partir daí que o Brasil que estava em franca expansão econômica e industrial na década de 1940 tende a incluir-se na corrida atômica mundial.

Ao final da Segunda Grande Guerra o Brasil começa a trabalhar para desenvolver sua política nuclear no intuito em poder desenvolver tecnologia nuclear própria. O EUA que eram seu aliado histórico estava gozando de papel privilegiado na nova geopolítica energética mundial por ser o único no mundo que detinham supremacia nuclear.

Esse fato animou o governo brasileiro, pois pensavam que os EUA iriam apoiá-los em sua nascente política nuclear. Foi a partir de 1945, mais especificamente em 1946 que o Brasil começou a se movimentar em prol da formação de sua política nuclear.

Os vários campos que a energia nuclear se apresentava útil demonstrava cada vez mais que naquela época era fundamental para o país que quisesse se industrializar e desenvolver-se ter domínio da tecnologia nuclear. O Brasil começou a procurar fechar parcerias com os EUA a fim de que estes últimos lhe repassassem conhecimento tecnológico no campo nuclear o que mostrou bem diferente.

Os estadunidenses não se mostraram favoráveis em dividir seu conhecimento sobre energia nuclear, pelo contrário, dificultaram ao máximo esse intercâmbio entre 1946-1953 não abrindo nenhum tipo de intercâmbio na área nuclear.

A posição privilegiada do Brasil como fornecedor de material sensível para a indústria nuclear norte-americana lhe dava a impressão que poderia alterar a posição estadunidense em manter o monopólio nuclear. Mas os norte-americanos ao longo da segunda metade da década de 1940 fortaleciam sua hegemonia nuclear e não davam abertura para outros países participarem do desenvolvimento de sua indústria nuclear.

De 1946 a 1950 o governo brasileiro mostrou-se pálido aos ditames norte-americanos seguindo a risca as diretrizes do plano Baruch implementado políticas econômicas com um viés liberal satisfazendo parte da elite política e econômica brasileira.

O atraso ocorrido na implementação de políticas nucleares neste período devido a um governo subserviente aos norte-americanos não foi compensado no governo posterior. O Brasil conseguiu nesse período graças aos esforços do almirante Álvaro



Alberto fundar o CNPq, instituto que no governo de Vargas teve papel de destaque nos modestos avanços da política nuclear brasileira.

Com o advento da Guerra Fria e o alinhamento do Brasil ao lado capitalista capitaneado pelos EUA, os brasileiros ficam obrigados através de Acordos Militares a prestarem ajuda sempre que necessário ao bloco capitalista em embates com o bloco socialista.

Mediante isso, já no segundo governo Vargas, quando as políticas varguistas de ideologia de cunho nacional desenvolvimentista estavam influenciando fortemente as relações internacionais com os norte-americanos principalmente no que concerne a política nuclear brasileira, o Brasil foi obrigado a ceder.

Com a Guerra da Coréia para não enviar tropas ao conflito, por não ter condições financeiras para tal, teve que rever e ceder a Acordos com os EUA que claramente prejudicavam não só a economia como a indústria brasileira. A política empregada pelo CNPq que propunha o Princípio das Compensações Específicas/PCE junto aos norte-americanos foi o alvo mais atingido pela política estadunidense de domínio das tecnologias nucleares.

Os Estados Unidos da América dificultaram abertamente as iniciativas brasileiras em prol da formação de sua política nuclear nacional, criando barreiras e usando de sua influencia na política e economia brasileira.

A morte de Getúlio Vargas em 1954 e a demissão do Almirante Álvaro Alberto em 1955 representou o fim do sonho, naquele momento histórico, do Brasil firmar uma política nuclear que gerasse desenvolvimento tecnológico como também econômico alcançando assim lugar de destaque na nascente geopolítica nuclear. Os esforços em conseguir produzir tecnologia nuclear dentro do território brasileiro foram um a um solapados pela influente política econômica norte-americana.

Agradecimento

Agradeço ao Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP) da Universidade de Brasília e a CAPES pelo contínuo apoio aos pós-graduandos da Universidade de Brasília. Estendo o agradecimento ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília – PPGHIS – pelo incentivo em participar nos eventos da área.



Referências Bibliográficas.

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ARON, Raymond. Estudos Políticos. Brasília: Ed. UnB, 1985.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. RJ: Contraponto, 1996.
- BIASE, Renato de. A Energia Nuclear no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- BRESSER, Luiz Carlos Pereira. Desenvolvimento e Crise no Brasil, Entre 1930-1967. RJ: Ed. Zahar Editores, 1968.
- CAMARGO, Guilherme. O Fogo dos Deuses: Uma História da Energia Nuclear. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- CARVALHO, Joaquim Francisco e Outros. O Brasil nuclear uma anatomia do desenvolvimento nuclear brasileiro. Porto Alegre: Tche, 1987.
- GAMBINI, Roberto. O duplo jogo de Getúlio Vargas, influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.
- CHANG, Há-Joon. Chutando a Escada. SP: Ed. UNESP, 2004.
- DIAS, Reinaldo. Ciência Política – São Paulo: Atlas, 2008.
- DOMINGOS, Charles S. M.. “O Nacionalismo na Experiência Democrática (1945-1964): Um conceito em transformação”. IN: IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS. 2008.
- DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- GELLNER, Ernest. Naciones y Nacionalismo. Madrid: Alianza Editorial, 2001.
- GUILHERME, Olympio. O Brasil e a era atômica. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1957.
- JACHSON, Robert e Sorensen. Introdução às Relações Internacionais. RJ: Zahar, 2003.



JAGUARIBE, Hélio. O nacionalismo na atualidade brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

JUDT, Tony. Pós-Guerra. Uma História da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LEITE, Antonio Dias. A energia do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MAZOWER, Mark. Continente sombrio. A Europa no século XX. SP: Companhia das Letras, 2001.

MELO, H. P., OLIVEIRA, A., ARAÚJO, J. L.. “O sonho nacional: petróleo e eletricidade”. In: GOMES, Ângela de CASTRO (Org.). Vargas e a crise dos anos 50. São Paulo: Biblioteca da USP, 1994.

MALAN, Pedro S. Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: As Relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994). São Paulo: Ensaio, 1994.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOREIRA, Regina L., SOARES, Leda (Orgs.). Renato Archer: diálogo com o tempo. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2007.

MOTOYAMA, Shozo; GARCIA, João Carlos V. (Orgs) O almirante e o novo prometeu. São Paulo: Ed. UNESP: Centro Interunidade de História da Ciência e Tecnologia (CHCUSP), 1996.

RÉMOND, René. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA FILHO, Álvaro; GARCIA, João C. V.. Renato Archer: energia atômica, soberania e desenvolvimento, depoimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

SALLES, Dagoberto. Energia atômica: um inquérito que abalou o Brasil. São Paulo: Fulgor, 1958.

TÁVORA, Juarez. Átomos para o Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958.

TOURAINÉ, Alain, 1925- Crítica da Modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

VIEIRA, R. A. Amaral. Intervencionismo e autoritarismo no Brasil. SP; Difusão Européia do Livro, 1975.

VIZENTINI, Paulo G. F.. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-64)”. In: DELGADO, Lucilia A. N. e FERREIRA, Jorge L.. O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WIGHT, Martin. A política do Poder. Brasília: Ed. UnB, 1985.

WATSON, Adam. A evolução da sociedade internacional: Uma Análise Histórica Comparativa. Brasília: Ed. UnB, 2004.